



i

17-09-2013

Periodicidade: Diária

Temática: Política

Classe: Informação Geral

Dimensão: 768

Âmbito: Nacional

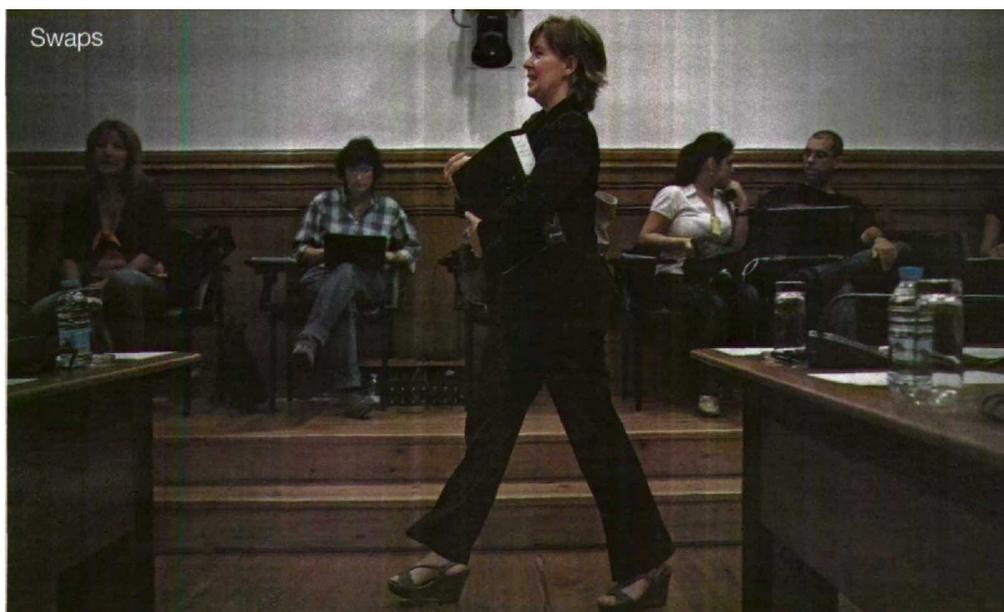
Imagem: S/Cor

Tiragem: 80000

Página (s): 1/27

MARIA LUÍS DEU PARECER FAVORÁVEL A SWAP DA ESTRADAS DE PORTUGAL QUE AGORA MANDOU CANCELAR

Maria Luís Albuquerque na primeira audição, ainda como secretária de Estado do Tesouro: “Enquanto estive no IGCP, não tive qualquer contacto com swaps” // PÁG. 27



Maria Luís Albuquerque foi apanhada mais uma vez pelos swaps

MÁRIO CRUZLUSA

Auditoria. Metros e Refer terão falhado obrigação de informar

Todos os swaps deviam ser comunicados às Finanças depois de Janeiro de 2009

As empresas públicas passaram a ser obrigadas a comunicar a contratação de instrumentos de gestão de risco financeiro a partir de 30 de Janeiro de 2009. No entanto, e segundo a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), que tem a tutela das empresas do Estado, Metroportano de Lisboa, Metro do Porto e Refer não terão cumprido essa imposição. As três empresas foram responsáveis por mais de 90% dos swaps contratados neste período. A auditoria interna à actuação da DGTF na missão de controlo dos swaps não chega a dizer que estas empresas falharam o cumprimento da obrigação de reporte de todos os contratos fechados, num prazo de 30 dias. Mas assinala que, nestes casos, "não foi localizada nenhuma comunicação formal destas operações". Na auditoria enviada à comissão parlamentar de inquérito aos swaps, a DGTF revela que entre Janeiro de 2009, data do primeiro despacho que impõe regras para a contratação de swaps nas empresas do Estado, e Junho de 2011, quando estes contratos passaram a estar sujeitos à autorização da tutela e do IGCP, foram fechados 64 contratos de gestão de risco financeiro, número que inclui reestruturações de operações que já tinham sido contratadas. Mas a esmagadora maioria destes contratos, 59, não terá sido comunicada "oficialmente" ao governo e ao Estado. "Verifica-se no que respeita às empresas Refer, Metroportano de Lisboa e Metro do Porto que não se localizou documentação relativa à comunicação da memória descritiva das operações contratadas", conclui o Tesouro. *A. S.*

Maria Luís Albuquerque deu parecer positivo do IGCP a swap da Estradas de Portugal

Actual ministra na comissão de inquérito: "Gostaria apenas de esclarecer que enquanto estive no IGCP não tive qualquer contacto com swaps"

ANA SUSPIRO

ana.suspibro@ionline.pt

A técnica do Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) que deu o parecer positivo ao swap contratado pela Estradas de Portugal foi Maria Luís Albuquerque, actual ministra das Finanças, avançou ontem o ex-presidente da empresa, Almerindo Marques, na comissão parlamentar de inquérito aos instrumentos de gestão de risco financeiro. O gestor respondia ao deputado do PCP Paulo Sá sobre o conhecimento do actual executivo sobre o recurso ao instrumento de gestão de risco financeiro. O antigo presidente da EP afirmou que a actual ministra das Finanças conhecia a operação desde o início, já que foi a técnica do IGCP que deu o parecer favorável à operação.

MARIA LUÍS NEGOU INTERVENÇÃO Na mesma comissão, a então secretária de Estado do Tesouro tinha já referido não ter estado envolvida no tema dos swaps das empresas públicas enquanto trabalhou no IGCP, cargo que abandonou em Junho de 2011 quando foi para o governo: "Gostaria apenas de esclarecer - e não é que tenha particular relevância para esta conversa - que no IGCP as minhas funções nunca passaram por esta matéria mas pelas emissões de dívida. Portanto, enquanto estive no IGCP não tive

qualquer contacto com swaps, nem do IGCP nem de natureza nenhuma".

IGCP ALERTOU PARA CUSTOS O swap contratado pela Estradas de Portugal (EP) para a cobertura do risco de um financiamento do Deutsche Bank teve o parecer favorável do IGCP em Julho de 2010. No entanto, seis meses antes, no final de 2009, o primeiro parecer da IGCP sobre esta operação alertava para os custos excessivos do produto. A informação foi avançada durante a audição do ex-presidente da EP. Almerindo Marques explicou que a contratação do swap era uma condição do banco para conceder um financiamento de 150 milhões de euros.

SWAP SIMPLES Na comissão parlamentar de inquérito aos 'swap', o antigo gestor, que pediu a demissão em Fevereiro de 2011, considerou o 'swap' contratado "bem simples", adiantando ter ficado "perturbado quando um organismo do Estado o classificou como de grau 4".

"Quando dizem que este 'swap' está num [índice de complexidade] 4 de 5 há aqui qualquer equívoco", acrescentou.

ESTADO DE NECESSIDADE O produto de gestão de risco tinha um prazo de 30 anos e um cap (limite) aos juros a pagar pela empresa. A operação acabou por ser aprovada pela tutela e pelo IGCP no Verão de 2010, face ao agravamento da situação

financeira da Estradas de Portugal e à necessidade de cumprir os compromissos com os bancos e as concessionárias Scut, que "eram problemas prementes" à data. "O estado de necessidade era tão grande que não tinha outra alternativa que a de contratar", sublinhou o gestor. Almerindo Marques questionou a opção do governo de antecipar o vencimento do swap da Estradas de Portugal que levou ao pagamento de nove milhões de euros ao Deutsche Bank. "Eu não cessaria este swap", disse aos deputados

TRÊS MIL MILHÕES DE PERDAS A investigação aos 'swap' subscritos por várias empresas públicas, sobretudo da área dos transportes, detectou contratos problemáticos com elevadas perdas potenciais para o Estado que ascendiam a cerca de 3000 milhões de euros em 2012. Este caso levou à demissão de dois secretários de Estado (Juvenal Peneda e Braga Lino) e de três gestores públicos (Silva Rodrigues, Paulo Magina e João Vale Teixeira) e ainda à criação da comissão parlamentar de inquérito, que está actualmente na fase de audições.

Entretanto, no início de Agosto, Joaquim Pais Jorge apresentou a demissão do cargo de secretário de Estado do Tesouro, por ter alegadamente tentado vender contratos swap ao governo PS para baixar artificialmente o défice enquanto presidente do Citigroup Portugal.